

ARTIGO 6º, nº 6

Senhor Ministro da Justiça,

Excelência,

Nome próprio RICARDO MARIA

Apelidos DE LOS SANTOS MARTINEZ

nascido aos 14 de ABRIL de 1986, com estado civil de SOLTEIRO

natural de BADAJOZ ,de nacionalidade ESPANHOLA

filho de AURELIO DE LOS SANTOS REDONDO

e de EUGENIA MARTINEZ CRUZ

com a profissão de OPERÁRIO DA CONSTRUÇÃO, residente em CALLE SALVATIERRA 5 A 06100 OLIVENÇA,

portador do* CARTÃO DE CIDADÃO nº 080003569K emitido por ESPANHA em 01/11/2016

vem requerer a Vossa Excelência se digne conceder-lhe a nacionalidade portuguesa por Naturalização, nos termos do artigo 6º, nº 6 da Lei nº 37/81 de 3 de Outubro , na redacção da Lei Orgânica nº. 2/2006, de 17 de Abril, porquanto:

(Assinalar com X a opção pretendida)

não sendo apátrida, já teve anteriormente a nacionalidade portuguesa, que perdeu por (indicar fundamento)_____

é descendente de portugueses;

é membro de comunidade de ascendência portuguesa;

sendo estrangeiro, prestou serviços relevantes ao Estado Português pu à comunidade portuguesa.

Para o efeito declara que é maior, à face da lei portuguesa e que nunca foi condenado, com trânsito em julgado da sentença, pela prática de crime punível com pena de prisão de máximo igual ou superior a três anos, segundo a mesma lei:

Declara ainda, que:

residia anteriormente no estrangeiro, nos seguintes países _____

nunca residiu noutra país estrangeiro,
além de ESPANHA, **onde nasceu.**

Mais declara que (caso pretenda pode indicar outras circunstâncias que considere relevantes)

Nos termos do nº 2 do artº 24º do Regulamento da Nacionalidade Portuguesa, aprovado pelo Decreto-Lei nº 237-A/06, 14 de Dezembro, junta os seguintes documentos:

(Assinalar com X as opções pretendidas):

certidão do registo de nascimento;

certificado do registo criminal português, ou**

pretende que o certificado do registo criminal português seja obtido oficiosamente pela Conservatória dos Registos Centrais;

certificado do registo criminal emitido em ESPANHA, país da sua naturalidade;

certificado do registo criminal emitido em _____, país da sua nacionalidade;

certificado(s) do registo criminal emitido(s) em _____

_____, país onde residia;

certificado do registo criminal emitido em _____
_____ país estrangeiro onde reside;

certidões de assentos de nascimento ou outros documentos comprovativos de que é descendente de português ou que pertence à comunidade de ascendência portuguesa;

documento comprovativo de que prestou serviços relevantes ao Estado Português ou à comunidade nacional, emitido pelo _____, por Ser o departamento competente, em função da natureza daqueles serviços.

Pede deferimento,

(Local) ELVAS _____, _02_ de _____ JULHO de 2020 _____
(Data)

(Assinatura) → FIRMA

(A assinatura deve ser reconhecida presencialmente (alinea d) do nº 4 do artº 18º do Regulamento da nacionalidade Portuguesa, aprovado pelo Decreto-Lei nº 237-A/069, excepto se for feita na presença de funcionario de um dos serviços ou posto de atendimento com competencia para receber o requerimento. Se o procurador for advogado ou solicitador; é suficiente para a confirmação da assinatura, a indicação do número da respectiva cédula profissional)

Notas:

*Indicar qual o documento de identificação (título ou autorização de residencia, passaporte ou outro documento de identificação equivalente) bem como o número, data de emissão e entidade que o emitiu.

** O interessado encontra-se dispensado de apresentar este certificado nos termos da alínea a) do nº 7 do artº 37 do Regulamento da Nacionalidade Portuguesa.